

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 4 FORMACIÓN ARCHIVÍSTICA



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florescia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
Formación Archivística

Coordinadora: Ana Célia Rodrigues (Brasil)

Relatora: Andrea Rosa Tibaldo (Argentina)

Emilia María Vargas Solís (Costa Rica):

Nuestro camino recorrido como archivistas.----- pág. 5

María de los Ángeles Pérez Macuil (México):

Tendencias que determinan el perfil profesional de archivistas en México.----- pág. 26

Thiara dos Santos Alves, Helena Maria Tarchi Crivellari (Brasil):

Arquivistas brasileiros: panorama da formação e dos estudos recentes sobre o mercado de trabalho.----- pág. 40

Gustavo Kalil Cadaval, Ana Célia Navarro de Andrade (Brasil):

Importância do saber arquivístico na sociedade do conhecimento.----- pág. 56

Norma San Nicolás, Karin Domínguez Pelizza (Argentina):

La formación especializada del profesional en archivos y centros de documentación audiovisual y su aporte a la investigación de la historia reciente----- pág. 69

Maria Alcione Munhoz, Rosani Beatriz Pivetta da Silva (Brasil):

O curso a distância de gestão em arquivos da UFSM: relato de experiência da disciplina educação, identidade e diferença.----- pág. 79

Rosanara Pacheco Urbanetto, Tatiana Costa Rosa (Brasil):

Estudantes do Curso de Arquivologia da UFSM: uma escolha, múltiplas motivações.----- pág. 89

Sânderson Lopes Dorneles (Brasil):

O uso da rede social educativa EDMODO no ensino de arquivologia.----- pág. 104

Fernanda Frasson Martendal (Brasil):

A difusão da informação arquivística e suas expressões no ensino de Arquivologia no Brasil.----- pág. 119

Lorena Santos, Clarissa Schmidt (Brasil):

Análise do Ensino da “Classificação de documentos de Arquivo” nos cursos de Arquivologia do Brasil.----- pág. 135

Natália Bolfarini Tognoli, Adriana Pereira de Azevedo Marques (Brasil):

A Diplomática como disciplina formativa ao arquivista contemporâneo: uma análise a partir dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil.----- pág. 149

- Aníbal Bejarano, Gladys J. Gómez, Natalia V. Britez (Argentina):
*Archivos de instituciones educativas en la Provincia de Chaco:
necesidades y oportunidades para la institución y la comunidad.*----- pág. 166
- Estela Graciela Vega, Maria José Vanni (Argentina):
Experiencias de alfabetización archivística en grupos difusos de interés.----- pág. 183
- Thayron Rodrigues Rangel, Raquel Oliveira Melo, Rodolpho Guimarães
Pereira (Brasil):
*Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia no Brasil:
20 anos de pesquisa e construção sócio-profissional.*----- pág. 195
- Valéria Raquel Bertotti, Francisco Alcides Cougo Junior (Brasil):
Programa de aperfeiçoamento, estudo e pesquisa em arquivos: uma experiência.----- pág. 209



**O CURSO A DISTÂNCIA DE GESTÃO EM ARQUIVOS DA UFSM:
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA
EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E DIFERENÇA**

Maria Alcione Munhóz¹

Rosani Beatriz Pivetta da Silva²

RESUMO

Ao fazer o relato de experiência da disciplina Educação Identidade e Diferença do Curso a Distância de Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, em Santa Maria Rio Grande do Sul – Brasil, iniciaremos contextualizando a instituição, onde curso está inserido, com um breve histórico do ensino a distância no Brasil e na universidade. Na sequência apresentaremos o Curso a Distância de Gestão em Arquivos, por fim, faremos algumas considerações acerca do que temos vivido como docente do curso, na experiência acadêmica em aulas não presenciais, orientação de monografias e resultados observados na produção do conhecimento dos alunos, trabalhando conteúdo de um tema tão específico como é educação, diversidade e diferença.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivologia; Ensino de arquivologia; Inclusão.

1 A UFSM E O ENSINO A DISTANCIA: BREVE HISTÓRICO

O Ensino a Distância (EAD) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tanto no Brasil como no mundo, tem seu início relacionado aos cursos por correspondências, programas de rádios e, posteriormente, de televisão, que por meio de ações educativas tinham objetivo de promover meios para que as pessoas interessadas tivessem acesso ao conhecimento, especialmente de formação técnica e profissional. Com o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, voltadas às práticas educacionais essa modalidade de oferta foi ficando cada vez mais facilitada.

¹ Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Educação Especial. maria.munhoz@ufsm.br

² Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Documentação. r.pivetta24@gmail.com

Foi século XIX, com preponderância nos países europeus (Suécia, Inglaterra, Espanha), como, também, nos Estados Unidos, que a oferta dos primeiros cursos por correspondências teve sua expansão. No início do século XX, ocorreram as primeiras experiências deste tipo de ensino na França, na Alemanha, na Austrália, no Canadá, na Noruega e na África do Sul. No entanto, foi na segunda metade desse mesmo século que o ensino a distância começou a se firmar como uma importante modalidade de ensino (Barros, 2003).

No Brasil, o desenvolvimento da EAD, ainda no século XIX, está vinculado ao incipiente processo de industrialização do País e à formação de trabalhadores para as atividades industriais. Para atender esta necessidade, os programas radiofônicos procuravam atingir as populações rurais, sem que estas precisassem se deslocar para os centros urbanos.

A modalidade da oferta do ensino a distância no Brasil tem se ampliado consideravelmente, especialmente porque a procura por cursos superiores tem tido uma grande demanda. Com a implantação de programas que incentivaram a expansão das instituições de ensino superior como: REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), PROUNI (Programa Universidade para todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) proporcionados pelo Ministério da Educação a partir de 2011, a possibilidade de oferta do ensino não presencial chega até as universidades públicas.

O uso da modalidade do ensino a distância vem como meio para facilitar o acesso de todos à educação superior. Com isso, a procura ocorre por ser essa uma possibilidade de acesso “um modelo revolucionário de promover a educação em diferentes regiões ao mesmo tempo, superando a barreira do espaço físico e as dificuldades que a população pode ter em frequentar cursos de graduação ou mesmo de pós-graduação” (Rodrigues *et al*, 2014: 5).

Desse modo o ensino a distância, que em seus registros históricos de experiências na educação, se inicia com atividades que resultam de iniciativas que promoviam o ensino por correspondência prevalente no Ocidente, veio pautado no modelo industrial Fordista, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, na medida em que a tecnologia de informação e comunicação foi sendo usada na educação, esse processo se favoreceu. Desde a década de 1980, duas posições se confrontam com relação ao ensino a distância: uma seria a comunicação de massa; a outra, uma proposta mais aberta, adequada às novas exigências sociais desse novo tempo.

É na década de 1990 que o modelo de educação de massa começa a perder terreno para um modelo de educação menos tecnocrata e mais humanista. Nesse contexto muitos cursos de instituições privadas foram criados no Brasil, a luz de modelos já existentes em outros países, como

Estados Unidos, França, Holanda e Inglaterra, entre outros. O acesso foi sendo facilitado e ampliado, entretanto a qualidade dessa oferta para formação dos profissionais gerou muitos questionamentos. Por compreender que a modalidade de ensino a distância era uma realidade presente, especialmente pela entrada das tecnologias de informação e telecomunicação usadas na educação no mundo todo, se amplia a necessidade de pensar meios para que essa modalidade de ensino se tornasse presente na contemporaneidade.

O Brasil aderiu mais ostensivamente a essas experiências que datam mais formalmente desde a década de 1930, por meio da Fundação do Instituto Rádio Monitor e, posteriormente, do Instituto Universal Brasileiro, fortalecidos com uma nova filosofia que pensa a educação mais pautada em modelos teóricos da História, da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia e da Economia. Os interesses públicos e privados organizam-se para atender ao mercado, no qual a educação aparece como nova mercadoria, possibilitando assim que o ensino convencional vá se transformando em um complexo organismo de educação mais aberta.

Nas décadas de 1970 e 1980, a modalidade de ensino a distância passou a ser mais regularmente usada no Brasil, a fim de promover a formação e o aperfeiçoamento de professores, por meio de programas de extensão formais e não formais. Inclusive, na UFSM, houve essa iniciativa. Programas foram desenvolvidos abrangendo áreas como Educação, Saúde e Agricultura, principalmente por iniciativa privada e/ou governamental. Mas foi somente normatizada, no Brasil, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No entanto, somente em fevereiro de 1998, por meio do Art. 2º do Decreto n.º 2.494/98 que houve a regulamentação da oferta, quando essa normativa estabeleceu que: "os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim".

Desse modo, recomendando que as propostas de cursos deveriam ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual, responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Mas é na década de 1990 que há constatação de que o acelerado processo de desenvolvimento social e econômico aprofunda uma grande defasagem entre o ensino oferecido pelos sistemas formais e as demandas sócias existentes no País.

Muito embora a importância das mediações tecnológicas já fosse uma realidade desde as

décadas de 1970 e 1980, no Brasil, o conceito de Educação a Distância foi definido oficialmente pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Ainda no mesmo ano, 2005, cria-se a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de expandir o ensino superior com o foco na disponibilização da modalidade de ensino a distância. Por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

No caso da Universidade Federal de Santa Maria a modalidade de ensino a distância foi regulamentada com modo de oferta na Instituição e incorporada ao sistema vigente no ano de 2004. A aprovação ocorreu na 632ª Sessão do Conselho Universitário, de 23 de janeiro de 2004. A regulamentação foi feita pela Resolução nº 002/2004, de 30 de janeiro de 2004, e pela Portaria N. 4.208, de 17 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação. O credenciamento para atuar nessa modalidade de ensino deu-se pela implementação do Curso de Graduação em Educação Especial - Licenciatura e do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial – Deficiência Mental e Educação de Surdos.

O ensino a distância uma realidade hoje instituída oficialmente nas universidades públicas brasileiras é um meio pelo qual se possibilita ao aluno sua autoaprendizagem, no qual o mesmo utiliza-se de recursos metodológicos e da tecnologia como computador para desenvolver seu conhecimento. Para Braga (2013: 58), esta “tecnologia traz para a prática pedagógica formas mais dinâmicas de implementar modos colaborativos e reflexivos de ensinar e aprender.” Daí o modo pelo qual ainda se faz necessário que estudos e pesquisas se desenvolvam, problematizando situações decorrentes do uso de métodos e recursos inovadores na educação.

Na prática, apesar da utilização dos meios digitais e das novas tecnologias, ainda alguns professores mantem atitudes conservadoras, considerando o uso das tecnologias como modismo. Enquanto, esse ponto de vista persistir, necessário se faz que estudos avancem, apontando caminhos para importância do uso das tecnologias digitais. E para que se possa rever posturas e atitudes reveladas pela tradição de práticas pedagógicas ultrapassadas, que não favorecem ao aluno ser educado com olhar crítico, inserido em contextos sociais mutáveis. Necessário portanto se faz pensar em todas as formas de compreender a educação como realidade desse tempo atual, formando indivíduos que saibam construir conhecimento por meio de trocas coletivas e prática de estudos autônomos e reflexivos.

O desafio da educação, de um modo geral, nos faz refletir que “é impraticável pensarmos que tudo que uma pessoa deve saber tenha que ser construído de maneira individual, sem ser auxiliada por outros” (Valente, 2013: 28). Dito isso, compreendemos cada vez mais a necessidade da

existência de professores melhores preparados e para que possam atender as demandas existentes nesse novo tempo de inovação e rapidez dos meios de comunicação e utilização das novas tecnologias no seu fazer pedagógico.

A Universidade, como lugar e berço da produção do conhecimento, precisa estar atenta e aberta para diminuir o distanciamento entre aluno e professor. Se o ensino a distância é um desafio desse novo tempo, existem grandes possibilidades que esse possa vir acontecer, cada vez, com mais intensificação. As abordagens pedagógicas e de gestão utilizadas com vantagens e desvantagens, se não bem avaliadas, poderão se reverter em engodos de promessas que não atendem a realidade de formação dos alunos, num dado contexto educacional.

Na atualidade, são treze cursos de graduação e treze de Pós-Graduação em nível de especialização *lato sensu*, que podem ser observados no Quadro 01.

Quadro 01 – Cursos EaD ofertados pela UFSM

CURSO DE GRADUAÇÃO	CURSO DE POS GRADUAÇÃO
1. Administração Pública	1. Educação Ambiental
2. Educação Especial	2. Eficiência Energética
3. Formação de Professores para Educação Profissional	3. Educação Física Infantil e Anos Iniciais
4. Licenciatura em Física	4. Ensino de Filosofia no Ensino Médio
5. Licenciatura em Geografia	5. Ensino de Matemática no Ensino Médio
6. Letras Espanhol / Literaturas	6. Ensino de Sociologia no Ensino Médio
7. Letras – Português Literaturas	7. Gestão de Organização Pública em Saúde
8. Licenciatura em Sociologia	8. Gestão Educacional
9. Pedagogia	9. Gestão em Arquivos
10. Tecnólogo em Agricultura Familiar e Sustentabilidade	10. Gestão Pública
11. Licenciatura em Computação	11. Gestão Pública Municipal
12. Ciências da Religião	12. Mídias na Educação
13. Licenciatura em Educação do Campo	13. Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação

FONTE: Núcleo de Tecnologia Educacional/NTE/UFSM³

³ Disponível em <<https://nte.ufsm.br/cursos>>, acesso em 20 de maio de 2017.

2 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA GESTÃO EM ARQUIVOS

O início das atividades foi no ano de 2005, quando o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED\MEC), disponibilizou um edital para que cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior\IFES, se habilitassem a oferta de cursos na modalidade de educação a distância, em nível de graduação e pós-graduação. O principal objetivo do edital foi oportunizar as pessoas que estavam fora da região geo-educacional da universidade, o acesso ao conhecimento formal de educação superior, assim como aqueles que já tinham curso de graduação, a possibilidade de formação continuada. Desse modo melhorando a qualificação para um bom desempenho no mercado de trabalho.

Para efetivação dessa modalidade de formação foi pensada uma logística que desse conta das necessidades formais e não formais do ensino. Diferentes meios de comunicação foram disponibilizados aos alunos viabilizando formas atender todo público alvo que geograficamente se encontrava disperso pelo Brasil. Foi então criada uma maneira de facilitar a todos os interessados acesso, permanência e diplomação ao ensino em universidade públicas brasileiras. Diante dessa política preconizada no edital o Departamento de Documentação, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria\RS, Brasil, elaborou o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização a Distância de Gestão em Arquivos. Cujo projeto percorreu todas as instâncias da universidade, sendo sua oferta aprovada e autorizada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão(CEPE) e Conselho Universitário (CONSU), da Universidade Federal de Santa Maria. No ano de 2008 ocorreu a primeira oferta do Curso, num total de 50 vagas, para o polo presencial de São João do Polêsine (município do Rio Grande do Sul, sede do primeiro polo). Em 2009 houve expansão das vagas, foram criados outros polos presenciais nos municípios de Cruz Alta, Três de Maio e posteriormente Sapucaia do Sul, ambos com 40 vagas. Nesse processo com a efetivação do curso de especialização o principal objetivo foi qualificar alunos egressos da graduação em Arquivologia e áreas a fim, na modalidade educação à distância, vinculado o mesmo a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Na atualidade o Curso conta ainda com a oferta de polo de educação presencial em outro estado do Brasil, Paraná na cidade de Foz do Iguaçu. O Curso já produziu uma média de 250 monografias, defendidas pelos alunos, que significa uma produção de conhecimento circulando no meio acadêmico. Assim, contribuindo para uma melhor qualificação e atualização de conteúdos que dizem respeito a teoria e a prática em Arquivologia.

Para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso *lato sensu* de Gestão em Arquivos, na modalidade educação a distância, as disciplinas foram pensadas abrangendo as seguintes linhas de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Informação Arquivística, Arquivologia e Educação, Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos e Formação e Atuação Profissional.

Os docentes são em número de dez pertencentes ao Departamento de Documentação, do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Todos ministrando disciplinas específicas da formação em Arquivologia. Mais um docente do Departamento de Educação Especial, do Centro de Educação, que ministra uma disciplina cujos conteúdos discutem a diversidade e a diferença na perspectiva da inclusão de pessoas com necessidades especiais, usuários dos arquivos. Todos esses docentes são servidores da Universidade Federal de Santa Maria.

No caso, a disciplina Educação, Diversidade e Diferença que trata de conteúdos específicos ao conhecimentos da Educação Especial, foi inserida no Projeto Pedagógico do Curso, atendendo a uma normativa do Ministério da Educação, que recomenda que os cursos de pós graduação *lato sensu*, tenham conteúdos referentes a inclusão e ao conhecimento das particularidades que dizem respeito as pessoas com necessidades especiais.

A Educação e Arquivologia são campos que se aproximam e diluem, porque ambos abrangem pessoas, suas histórias e memória. Assim, possibilitam que não somente a técnica mas especialmente a formação humanista sejam fatores imprescindíveis para um resultado de qualidade, num processo de métodos que especialmente revelam a condição humana e a singularidade de todos os envolvidos.

3 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Com esse relato pretendemos apenas revelar nosso ponto de vista embasado numa outra perspectiva de educação para esse novo milênio, bem como explicitar algumas considerações que possam contribuir para compreensão do sentido que pode produzir a desmistificação da compreensão que as pessoas tem, de modo geral sobre as pessoas que são vistas como uma minoria desviante no meio onde estão inseridas.

Com esse relato trazemos um ponto de vista que se refere a certeza do quanto questões relacionadas a crise da educação não podem ser fator impeditivo para a inovação, utilização de métodos e recursos, dentre esses o uso de tecnologias e seu desdobramento por meio da educação a distância (EaD), a fim de que possam vir a ser uma necessidade presente em nosso fazer pedagógico. Constatamos que “O próprio conceito de EaD vem recebendo múltiplos sentidos e significados ao

longo do tempo, motivado por profundas transformações e pressões socioculturais, econômicas e tecnológicas em nossa sociedade.” (Struchiner e Carvalho, 2014: 127). O que apresentamos no relato de nossa prática, são indicadores que registram e ilustram o desenvolvimento e crescimento do uso dessa modalidade de ensino para qualificação da formação continuada dos profissionais arquivistas e áreas afim, no Brasil nesses últimos anos. Para tanto, imprescindível se fez ainda, mostrar a necessidade de pensar a universidade aberta, em condições de garantir o acesso ao conhecimento para um número de pessoas cada vez maior. “A educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças da nova ordem econômica mundial”. (Belloni, 2015: 1). O ensino que anteriormente era dificultado e caracterizado pela distância física entre as pessoas, hoje tem essa distância superada principalmente pelas facilidades de comunicação, de acesso a informação, interação, colaboração entre as pessoas, desse modo possibilitando meios para superação de lacunas na construção do conhecimento e facilitação da aprendizagem. Na prática, observamos que os diferentes formatos, estratégias que viabilizam a relação dialógica professor-aluno, aluno-professor, no encaminhamento do processo educativo, estão influenciando e por vezes superando o próprio ensino presencial.

A disciplina oportunizou momentos de discussão, análise reflexiva e crítica que oportunizaram rever concepções que permeiam teorias e atitudes sobre o modo como as pessoas consideradas desviantes tem sido tratadas ao longo da história nas suas relações cotidianas. As diferentes formas de tratamento para com os indivíduos que tem necessidades especiais ainda impõe barreiras atitudinais. Infelizmente, ainda prevalece para muitos a compreensão de deficiência ligada a incapacidade e a falta. Nesse caso, essa compreensão favorece um modo de olhar pautado pelo sentimento de piedade e benevolência, por vezes gerando atitudes também limitadoras. Essa compreensão pode levar as pessoas ao estabelecimento de estratégias que ao invés de facilitar um modo de relação justa para todos, impede o sujeito de revelar seu comportamento e atributos como pessoa de modo geral.

Na maioria das vezes, tais pessoas acabam sendo vistas apenas como desviantes em todos os aspectos de sua vida, sem ter seus desejo e direitos respeitados, nem oportunidade de expressar seus sentimentos, potencialidades. Assim impedidos de participar de espaços públicos, de lazer, educação, trabalho e cultura como no caso são os Arquivos. É conveniente ressaltar ainda que os conteúdos trabalhados na disciplina, conforme o programa pré-estabelecido, tiveram como objetivo oportunizar uma mudança na concepção, no discurso e nas atitudes dos alunos, de modo a facilitar as interações

sociais dos profissionais em formação/qualificação no curso e os usuários dos arquivos e outros espaços em seus campos de atuação. Na perspectiva da construção de uma sociedade verdadeiramente, justa, igualitária e inclusiva.

A disciplina tem uma carga horária de 45 horas aula, que semanalmente é postada aos alunos, se utilizando da plataforma MOODLE. No desenvolvimento do programa as aulas seguiram um conteúdo distribuído em 4 unidades, correspondente a 8 semanas. A cada semana é postado um texto com conteúdo da temática, outros textos de apoio, filmes, entrevistas, imagens e músicas cujas letras estavam relacionadas ao tema em discussão. Além do professor da disciplina ainda colaboraram com o desenvolvimento metodológico da mesma, três tutores (todos com formação em Arquivologia e curso de pós graduação (mestrado ou doutorado). Avaliação dos alunos na disciplina teve dois momentos: 1) final constou de uma prova presencial realizada nos polos de apoio; 2) sequencial que aconteceu a partir de atividades pré definidas, ao fim de cada unidade do programa.

Para finalizar esse relato convém ainda dizer que até o presente momento o que se observa é uma ampla participação dos alunos, sendo um número irrelevante a evasão no curso. No final de cada módulo é também realizada uma avaliação da disciplina, com o fim de verificar o desempenho docente e dos tutores, postada em depoimentos escritos. Foi possível observar nesse registros escritos, que a disciplina vem contribuindo para modificação olhar que os alunos tem, acerca das pessoas consideradas desviantes. Assim como apontam suas preocupações em identificar modo de superação para eliminar barreiras atitudinais e físicas que valorizem e respeitem a singularidade e diversidade das pessoas que são usuários dos arquivos.

A valorização e interesse das temáticas constantes na disciplinar também se revela quando apontam o desejo de aprofundar o conhecimento, indicando a produção de monografias, abordando estudos dessa ordem. Na conclusão do curso para obtenção do título de especialista em Gestão de Arquivos, o aluno escolhe um tema e produz uma monografia, que é apresentação a uma banca em defesa pública presencial.

REFERÊNCIAS

Belloni, M. L. (2015). *Educação a distância*. (7a ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

Barros, D.M.V. (2003). *Educação a distância e o universo do trabalho*. Bauru, SP: EDUSC.

Decreto n. 2.494, de 13 de maio de 1998. Regulamenta a oferta dos cursos EAD quanto oferta e diplomação para jovens e adultos no ensino fundamental. Brasília, DF.

Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Define o conceito de Educação a Distância no Brasil. Brasília, DF.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

Ata da Sessão 632ª do Conselho Universitário da UFSM, de 23 de janeiro de 2004. Cria e aprova a incorporação do EAD como modalidade de ensino na instituição. Santa Maria, RS.

Núcleo de Tecnologia Educacional/NTE/UFSM. [Site institucional]. Recuperado de <https://nte.ufsm.br/cursos> em 20 de maio de 2017.

Valente, J. A. (2013). O papel da interação e as diferentes abordagens pedagógicas de Educação a Distância. In: Mill, D. R. S. & Pimentel, N. M. (Org). *Educação a Distância: desafios contemporâneos*. São Carlos, RS: EdUFSCar.

Struchier, M. & Carvalho, R. A. (2014). Reflexões sobre os conceitos e fundamentos de pesquisa em educação a distância. In: Reali, A. M. M. R. & Mill, D. (Org.). *Educação a distância e tecnologias digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos* (Cap. 8, p. 125 – 148). São Carlos, SP: EdUFSCar.

Braga, D. B. (2013). *Ambientes Digitais: reflexões teóricas e práticas*. São Paulo: Cortez.

Rodrigues, C. M. C., et al. (2014). Uma Proposta de Instrumento para Avaliação da Educação a Distância. *Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* 22 (83), 321-354.